

Oposição apela ao STF contra desindexação

O PDT entrou ontem no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade da medida provisória da desindexação.

O partido considera inconstitucionais a criação do mediador e o fim do aumento salarial por negociação coletiva. Além disso, considera irregular a limitação da atuação dos sindicatos.

O deputado Miro Teixeira (RJ), líder do PDT na Câmara, acabou se antecipando à ação que os outros partidos de oposição pretendem apresentar ao STF.

“Ninguém me avisou que haveria essa ação e não me pediram para subscrevê-la”, argumentou Miro.

PT, PSB e PC do B entram hoje no STF com outra ação direta de inconstitucionalidade contra a MP. Antes, o líder do PT na Câmara, Jacques Wagner, se encontra com o presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence.

“No meu entender, além de significar arrocho salarial, a MP fere a Constituição”, ponderou Wagner.

Falhas — As assessorias jurídicas dos partidos de oposição estão convictas de que as falhas no texto da MP comprovam sua inconstitucionalidade.

Para a oposição, a medida fere a autonomia de estados, municípios e sindicatos. A alteração da lei sindical colocaria em risco direitos adquiridos e restringiria o acesso do cidadão à Justiça.

Os líderes alimentam a esperança de que o senador José Sarney (PMDB-AP) empreste seu prestígio político à ação, já que sempre defendeu o mecanismo do gatilho salarial.

Na verdade, desde a criação do Plano Real os partidos de esquerda têm apresentado recursos à Justiça, sempre alegando quebra de princípios jurídicos.

Os resultados, entretanto, têm sido invariavelmente negativos.

Carlos Moura



Sarney (E): Congresso tem obrigação de alterar para melhor a medida provisória da desindexação enviada pelo governo